O ano de 2026 afirma-se como um ponto de inflexão para a tomada de decisões financeiras, tanto no plano público como no privado. Após um ciclo prolongado de choques sucessivos, pandemia, inflação elevada, conflito geopolítico, instabilidade energética e aceleração tecnológica, as escolhas financeiras deixam de poder ser entendidas como meros exercícios técnicos de alocação de recursos. Tornam-se decisões estratégicas, com impacto estrutural na sustentabilidade económica, na coesão social e na confiança institucional. Como sublinham Mazzucato (2023) e Stiglitz (2024), decidir financeiramente em contextos de elevada incerteza implica assumir responsabilidade intertemporal, isto é, considerar não apenas custos imediatos, mas consequências futuras para as gerações seguintes.

Em 2026, o enquadramento macroeconómico europeu continua marcado por uma tensão entre prudência orçamental e necessidade de investimento. A reativação das regras orçamentais da União Europeia, reformuladas para acomodar maior flexibilidade estratégica, coloca os decisores perante dilemas complexos: como equilibrar consolidação fiscal com investimento em saúde, transição verde, digitalização e proteção social. Segundo a Comissão Europeia (2025), a qualidade da despesa pública será mais determinante do que o seu volume, exigindo decisões financeiras baseadas em evidência, impacto e valor público gerado.

No plano das finanças públicas, Portugal enfrenta desafios estruturais bem conhecidos: envelhecimento demográfico, pressão sobre o Serviço Nacional de Saúde, necessidades de investimento em cuidados continuados e adaptação climática. A literatura económica tem sido clara ao demonstrar que decisões financeiras de curto prazo, orientadas exclusivamente para contenção de despesa, tendem a gerar custos mais elevados no médio e longo prazo, sobretudo em setores intensivos em capital humano, como a saúde e a educação (OECD, 2024). Em 2026, a decisão não é apenas “quanto gastar”, mas “onde investir” para evitar trajetórias de insustentabilidade futura.

A saúde surge como um dos domínios onde as decisões financeiras assumem maior complexidade ética e económica. Investir em prevenção, cuidados primários e recursos humanos não produz resultados imediatos visíveis, mas é amplamente reconhecido como uma das formas mais eficientes de utilização de recursos públicos. Estudos recentes demonstram que sistemas de saúde subfinanciados em capital humano apresentam maiores custos globais, devido ao aumento de hospitalizações evitáveis, absentismo laboral e perda de produtividade (WHO, 2024). Assim, em 2026, decisões financeiras na saúde são,

simultaneamente, decisões económicas e decisões morais.

No setor privado, o contexto não é menos exigente. Empresas enfrentam custos de financiamento mais elevados, maior escrutínio regulatório e pressão para integrar critérios ESG (Environmental, Social and Governance) nas suas decisões financeiras. A evidência empírica sugere que organizações que incorporam critérios de sustentabilidade nas decisões de investimento apresentam maior resiliência em contextos de crise, ainda que isto implique retornos menos imediatos (Friede, Busch, & Bassen, 2015; Eccles et al., 2023). Em 2026, decidir financeiramente passa, assim, por equilibrar rentabilidade, risco reputacional e impacto social.

A transformação digital acrescenta outra camada de complexidade. A utilização de inteligência artificial, big data e algoritmos de apoio à decisão financeira promete ganhos de eficiência e previsibilidade, mas levanta questões sobre transparência, enviesamento e dependência tecnológica. Como alertam Kahneman, Sibony e Sunstein (2021), decisões automatizadas podem amplificar erros humanos se não forem acompanhadas por supervisão crítica e governação ética. Em 2026, confiar excessivamente em modelos financeiros sem julgamento humano informado pode revelar-se tão arriscado quanto decidir por intuição pura.

No domínio das finanças pessoais, o ano de 2026 encontra famílias mais conscientes do risco, mas também mais expostas à complexidade. Inflação passada, subida do custo da habitação e instabilidade laboral reforçaram comportamentos de prudência, mas também aumentaram desigualdades na capacidade de poupança e investimento. A literatura em economia comportamental demonstra que decisões financeiras individuais são profundamente influenciadas por fatores emocionais, literacia financeira e contexto social (Thaler, 2018). Políticas públicas que promovam literacia financeira são, por isso, investimento estrutural e não mera ação educativa acessória.

Um elemento transversal às decisões financeiras em 2026 é a incerteza. Knight (1921) já distinguia risco mensurável de incerteza genuína, e essa distinção mantém-se акту al. Muitos dos desafios contemporâneos, alterações climáticas, disrupções tecnológicas, crises geopolíticas, não são plenamente quantificáveis. Neste contexto, a literatura recente defende abordagens de “robust decision-making”, que privilegiam flexibilidade, cenarização e capacidade de adaptação, em vez de otimização rígida (Walker et al., 2013). Decidir

financeiramente em 2026 implica aceitar que nem tudo é previsível, mas que tudo é, ainda assim, decidível com responsabilidade.

Importa também sublinhar a dimensão política das decisões financeiras. Orçamentos são instrumentos de poder e de priorização social. Como argumenta Piketty (2020), as escolhas financeiras refletem modelos de sociedade: quem paga, quem beneficia e quem fica exposto ao risco. Em 2026, num contexto de crescente polarização social, decisões financeiras transparentes e comunicadas com clareza tornam-se essenciais para preservar confiança democrática. A opacidade financeira alimenta desconfiança; a clareza reforça legitimidade.

Em síntese, as decisões financeiras em 2026 não podem ser reduzidas a exercícios contabilísticos nem a respostas reativas a constrangimentos externos. São escolhas estratégicas, com impacto económico, social e ético. Decidir bem exige dados, sim, mas também visão, prudência e sentido de responsabilidade coletiva. Num tempo em que os recursos são finitos e as necessidades crescentes, a verdadeira racionalidade financeira reside na capacidade de alinhar eficiência económica com valor humano e sustentabilidade futura.

Referências bibliográficas (APA)

Eccles, R. G., Ioannou, I., & Serafeim, G. (2023). *The impact of corporate sustainability on organizational processes and performance*. Management Science, 69(4), 2154–2178.

European Commission. (2025). *Employment and Social Developments in Europe 2025*. Publications Office of the European Union.

Friede, G., Busch, T., & Bassen, A. (2015). ESG and financial performance: Aggregated evidence from more than 2000 empirical studies. *Journal of Sustainable Finance & Investment*, 5(4), 210–233.

Kahneman, D., Sibony, O., & Sunstein, C. R. (2021). *Noise: A flaw in human judgment*. Little, Brown Spark.

Knight, F. H. (1921). *Risk, uncertainty and profit*. Houghton Mifflin.

Mazzucato, M. (2023). *Mission economy: A moonshot guide to changing capitalism*. Penguin.

OECD. (2024). *Fiscal sustainability and inclusive growth*. OECD Publishing.

Piketty, T. (2020). *Capital and ideology*. Harvard University Press.

Stiglitz, J. E. (2024). *The road to freedom: Economics and the good society*. W. W. Norton & Company.

Thaler, R. H. (2018). *Misbehaving: The making of behavioral economics*. W. W. Norton & Company.

Walker, W. E., Marchau, V. A. W. J., & Swanson, D. (2013). Addressing deep uncertainty using adaptive policies. *Policy Analysis*, 77, 1–27.

World Health Organization. (2024). *Global health expenditure and financing*. WHO.